

NO ANO 2000

Mamirauá terá US\$ 11 milhões

TEREZINHA PATRÍCIA
ENVIADA ESPECIAL

RIO DE JANEIRO – A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, no município de Tefé (a 525 quilômetros de Manaus), vai receber US\$ 11 milhões da União Européia (UE), no

COMUNIDADE EUROPEIA PROMETE, DURANTE ENCONTRO NO RIO DE JANEIRO, QUE VAI AUMENTAR A CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA PARA OS PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE NA REGIÃO AMAZÔNICA

ano que vem. A intenção da UE é aumentar a contribuição aos programas de meio ambiente na

Amazônia, segundo o conselheiro econômico, social e de meio ambiente da Comunidade Euro-

péia, Stefano Gatto, 36, que participou da Cimeira, o encontro de chefes de Estado e de Governo da América Latina, Caribe e União Européia, realizada nos dias 28 e 29 de junho, no Rio de Janeiro.

O conselheiro faz uma avaliação positiva do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropi-

cais Brasileiras (PPG-7) mantido pelos países mais ricos do mundo. O fundo para o desenvolvimento do programa totaliza US\$ 250 milhões, dos quais US\$ 120 são da Alemanha, US\$ 85 milhões da União Européia e o restante da Inglaterra, Estados Unidos e Japão. Gatto considera os recur-

sos "ridículos" comparado com as necessidades. O programa que termina no ano 2001 serviu de exemplo de aliança estratégica promissora da União Européia com o governo brasileiro na Declaração do Rio de Janeiro, assinada pelos 48 chefes de Estado e de Governo.

ENTREVISTA/ STEFANO GATTO

O desafio da Amazônia

A Europa acompanha com interesse particular o que acontece na Amazônia, região que constitui, com o Rio de Janeiro, a imagem do Brasil lá fora. "Há uma consciência muito grande ao tema amazônico porque é de interesse da humanidade, é a última grande reserva do mundo e sabemos que o Brasil sozinho não pode fazer tudo", diz o conselheiro da Comunidade Européia, Stefano Gatto. Para ele a atividade madeireira e a reforma agrária

têm se constituído nos maiores desafios ao meio ambiente na Amazônia. As reservas extrativistas são vistas com entusiasmo por estarem desacelerando o êxodo rural e incentivando o retorno do homem à floresta ao aumentar a renda familiar em até cinco vezes. O ecoturismo é uma forma de desenvolvimento sustentável, mas os custos limitam a clientela. A seguir trechos da entrevista exclusiva concedida a ACRÍTICA:

A CRÍTICA - Na sua opinião, quais são os maiores problemas ambientais da Amazônia?

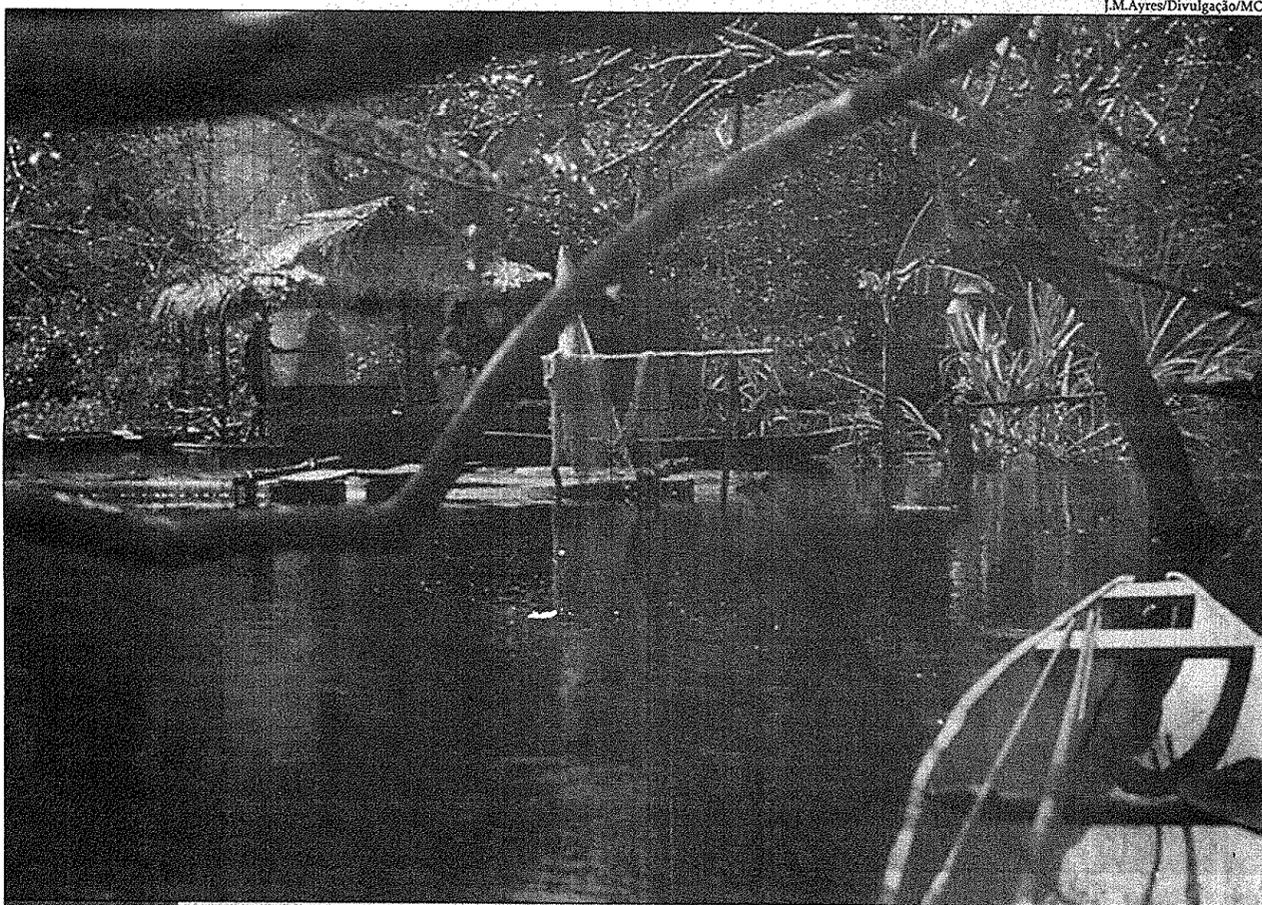
STEFANO GATTO - São a questão madeireira e a reforma agrária, pelo fato de não haver compatibilidade muito clara entre a política pública de reforma agrária e o respeito ao meio ambiente. Creio que ainda é possível desmatar, mas dentro da lógica econômica e de respeito à natureza, ou seja, de forma seletiva. Até agora tem sido muito fácil distribuir terras na Amazônia, mas o problema é que as pessoas que são levadas até lá não têm a cultura da floresta, primeiro recebem o lote, como não há infraestrutura, o que lhes resta é destruir a floresta. O Governo brasileiro e a comunidade internacional acordaram em contratar consultores independentes para realizar estudos e dar sugestões para melhorar o programa. Uma das sugestões foi envolver mais o Ministério da Reforma Agrária, o Incra, concretamente, nas gestões do meio ambiente. Está claro que na Amazônia os desmatamentos mais acentuados são localizados ao longo das estradas, é preciso encontrar uma forma que seja mais ponderada.

AC - O senhor acha que a questão do meio ambiente pode ser resolvida apenas injetando recursos financeiros?

SG - Não, claro que não. O PPG-7 concedeu recursos ridículos comparados com as necessidades. A idéia não é só enviar dinheiro, mas desenvolver atividades num esquema de co-participação para que a própria população se sinta proprietária do programa. A intenção é que os recursos atuais sejam para financiar atividades economicamente rentáveis. Estamos trabalhando não tanto no PPG-7, mas com atividades educativas, para facilitar o financiamento de atividades produtivas, cuja viabilidade seja demonstrada pelo programa. O dinheiro não é o ponto fundamental, é claro que neste momento com a situação orçamentária, o Brasil não tem capacidade de mobilizar milhões para a Amazônia.

AC - O ecoturismo seria uma saída?

SG - O ecoturismo tem um grande potencial, mas não há como considerar um grande eixo de



POTENCIAL VERDE Mata alagada de Mamirauá, um dos muitos cenários que a reserva ostenta. Recursos da UE vão ajudar a manter pesquisas

desenvolvimento, porque é complicado gerir, não podemos esperar milagre do ecoturismo. Recentemente, num encontro com prefeitos de Mato Grosso, fiquei sabendo de um projeto de ecoturismo no Norte do Estado, eles estavam muito animados com as maravilhas que tinham. Porém para chegar lá, por estrada, a viagem demora 24 horas e de avião custa R\$ 800, duas vezes mais que o voo Brasília/Rio de Janeiro, ou seja, o número de pessoas a ter acesso é limitado.

AC - E a participação do Amazonas no PPG-7 tem sido boa?

SG - Não participei da missão de avaliação, a verdade é que não tenho idéia completa. No Amazonas temos ação no campo da ciência e tecnologia, no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), e temos também

fora do PPG-7, a exemplo da Reserva de Mamirauá, financiada pela Comissão Européia e Inglaterra. Vamos dar uma contribuição substancial.

AC - Quanto será repassado?

SG - São 10 milhões de euros, o que corresponde a US\$ 11 milhões para a criação do fundo que vai permitir a auto-sustentabilidade da reserva. O dinheiro estará disponível no ano que vem.

AC - A Comissão Européia tem interesse em financiar outros programas do tipo de Mamirauá?

SG - A idéia da Comissão Européia é aumentar a contribuição na questão do meio ambiente. Vamos fortalecer nossa capacidade de dar segmento aos projetos criando novos postos com mais pessoal. No passado fizemos contribuição importante,

mas não tivemos capacidade de dar segmento aos projetos, então ficava difícil avaliar. Na Europa quando se fala no Brasil há duas imagens muito conhecidas, uma é o Rio de Janeiro e a outra a Amazônia. Na Europa há muita atenção à Amazônia, com certeza a Comissão vai decidir nessa linha. Tudo o que se referir ao desenvolvimento sustentável será apoiado com recursos cada vez mais expressivos.

AC - Esse apoio tem a ver com marketing, porque melhora a imagem da Europa?

SG - Não. O apoio é porque há uma consciência muito grande na Europa ao tema amazônico, é um interesse da humanidade, porque sabemos que o Brasil sozinho não pode fazer tudo. Agora mesmo o País passa por dificuldades financeiras. Como é

um tema de interesse da comunidade internacional ela deve colocar recursos e conhecimento à disposição.

AC - Há pessoas que vêm nisso um passo para a internacionalização da Amazônia...

SG - O problema é que durante muito tempo o Brasil não teve uma política sustentável para a Amazônia, então todos temos que nos unir porque essa é a última grande reserva do mundo, há que preservá-la, levando em conta o interesse dos seus habitantes. Desmatar por desmatar não é compatível com a natureza. Os primeiros anos do programa têm mostrado que há potencial para explorar os recursos naturais. Pode ser que não dê para explorar a castanha em toda a Amazônia, ou a borracha, mas há muito a ser feito. Eu vi projetos no Acre

onde as populações começaram a trabalhar sementes que conheciam, mas não sabiam como aproveitar, agora aumentaram sua renda em quatro a cinco vezes. Estão trabalhando em coisas que nem pensavam antes. Há também a borracha, um produto tradicional que com a contribuição da assistência técnica, dos estudos e com o sistema de co-participação se pode melhorar o produto.

AC - Nesta primeira fase o PPG-7 está orçado em US\$ 250 milhões, o que há para o futuro?

SG - Os US\$ 250 milhões estão praticamente desembolsados, os programas foram avançando. Não há ainda nenhuma decisão sobre o futuro, cada país vai contribuir na medida em que encontrar um programa de seu interesse. O PPG-7 vai acabar lá pelo ano 2001, é prematuro dizer agora, mas já se fala na segunda fase. Com certeza a comunidade internacional continuará apoiando o programa no futuro, pode ser que não seja o PPG-7, pode ser que ganhe outro nome, mas a idéia da colaboração com o desenvolvimento sustentável da Amazônia não tem volta.

AC - Qual a avaliação que o senhor faz do PPG-7 nesses quase cinco anos?

SG - A avaliação em geral é positiva, mas o programa é complexo devido, basicamente, a dois fatores. O primeiro é que trata-se de uma experiência piloto de desenvolvimento sustentável da Amazônia, isso envolve uma série de fatores federais, estaduais e das comunidades e muitas vezes são interesses contrapostos. Além disso é um tema muito novo para o Brasil. O segundo fator é ainda mais complicado, porque o programa inclui muitos doadores, que são os países do G-7. Para dar uma idéia de valores, dos US\$ 250 milhões comprometidos, 95% são de origem européia e 5% dos Estados Unidos e Japão. Há também o Banco Mundial como administrador. Pela primeira vez tantos países se unem e isso é complicado. Em resumo, a temática amazônica envolve uma série de questões difíceis como as populações indígenas, o tema ambiental, a contraposição entre o modelo brasileiro e a exploração de recursos renováveis.